

A GEOGRAFIA POLÍTICA: VIÉS DE ANÁLISES PARAPOLÍTICAS DE COMPENSAÇÕES SOCIAIS E A DIMENSÃO SENSÍVEL DO ESPAÇO

**Júnio de Jesus dos Santos – Estudante de Graduação em Geografia da
Universidade do Estado da Bahia**

júniogeo@hotmail.com.

RESUMO

Esse artigo trata das problemáticas que envolvem as discussões sobre as materializações dos processos de institucionalizações dos fenômenos sociais no território, especialmente no município. O objetivo do trabalho é verificar o conteúdo social do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Laje-BA, partindo da objetivação do processo de duas dimensões: primeiro justifica-se ao poder no espaço e a segunda dimensão ao poder do espaço. Conclui que a política de compensação social conjugada com os planos ideológicos mascaram as institucionalizações para o controle da vida, bem como, o cotidiano revela o direito à igualdade social, mas a individualidade e/ou a falta da sensibilidade da cidadania, torna-se uma barreira para o direito à igualdade social.

Palavras-chave: Política; Transformações Sociais Territoriais; PBF; Cotidiano.

INTRODUÇÃO

A materialização do processo de institucionalização dos fenômenos sociais que reconfigura as práticas espaciais de acordo com as necessidades de reprodução social, constituindo a efetivação dos conflitos e as dimensões de controle, objetivadas nos planos ideológicos constituem as ferramentas principais que moldam os cotidianos das pessoas na sociedade. Nesse contexto, compreender os fundamentos das institucionalizações e o seu conteúdo social torna-se viável apreender a aplicabilidade das materializações, sobretudo as políticas.

A espacialidade e a temporalidade dos fenômenos geográficos trazem dinâmicas e interações complexas, por isso, a compreensão do espaço como a dimensão fundamental da reprodução da sociedade. Sendo assim, a geografia tem a possibilidade de transformação, tendo a capacidade de revelar as funcionalidades dos fenômenos, principalmente os políticos, como por exemplos, da globalização e da mundialização.

A política evidencia as expressões dos modos de controle dos conflitos que estão eminentemente na essência das relações sociais. Portanto, os conflitos implicam em contradições, visto que, os interesses são diferentes. Nesse esboço, a problemática constituinte, especialmente na configuração espacial da sociedade, partindo das estratégias de reconfiguração território, sobretudo das ações de territorializações que são institucionais, corroborando com os fenômenos socioeconômicos provocaram forte influências nas dimensões dos seres humanos, sendo materializada no território.

As relações humanas como uma constituição política por que envolvem interesses, conflitos, diferenças, desiguais, logo, as práticas espaciais por essência são conflituosas, na qual, são consolidações históricas da sociedade. Nesse contexto, as relações sensíveis do espaço, isto é, o cotidiano revela os planos ideológicos como as práticas espaciais estão canalizadas para a manutenção de dois aspectos da estrutura social: às desigualdades sociais e as precariedades econômicas, estando entrelaçada com a falta de cidadania e mais, com a falta da percepção e/ou sensibilidade da cidadania.

Mediante a isso, a política como uma dimensão que implica poder, fundamentalmente envolve ideologias que canaliza para as finalidades de conseguir decisões de interesses, na qual, se justifica na aplicabilidade de controle, isto é, o poder visa alterar o comportamento das pessoas, evidenciando que a prática política possui dois aspectos que o caracteriza, a saber: o interesse e a decisão. De modo geral, as duas práticas – o interesse e a decisão - conjugados nas relações dos seres humanos com o meio constituem em poder.

Nesse contexto, a objetivação do trabalho partir do processo de duas dimensões: primeiro justifica-se ao poder no espaço e a segunda dimensão ao poder do espaço, correlacionando como conteúdo social das políticas públicas. Sendo assim, fez-se necessário utilizar o município como um recorte espacial para a análise, visto que, é uma espacialidade de ações políticas, na qual, é um território institucional que se encontram as dimensões materiais e simbólicas do cotidiano social.

Assim, o município de Laje-BA apresenta fatores sobre forma de organização social em torno de direitos da cidadania que são evidenciadas no cotidiano, isto é, o direito à prática social, ou melhor, o direito a igualdade social. Desse modo, é nesse recorte espacial são demonstrados os comportamentos,

valores, conflitos, interesses, as táticas e as estratégias sociais. Portanto, o conteúdo social da instrumentalização de políticas públicas é institucional, logo, se são institucionais envolve vários aspectos nos planos ideológicos. Sendo assim, procura-se através do trabalho verificar o conteúdo social do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Laje, partindo da objetivação do processo de duas dimensões: primeiro justifica-se ao poder no espaço e a segunda dimensão o poder do espaço.

No intuito de atingir com os objetivos proposto foram utilizados alguns procedimentos metodológicos, a saber: inicialmente fez-se levantamento bibliográfico de alguns autores clássicos e contemporâneos, dentre alguns autores, destacamos Araújo (2011); Castro (2005); Harvey (2004); Lacoste (1982); Santos (2003); Sobarzo (2006);, havendo leituras e a realização de fichamento e resenhas. Por conseguinte, ocorreu a delimitação do objeto de estudo e levantamentos de dados em órgãos e instituições públicas (MDS, 2010); (ABEP e UNFPA, 2009); (IBGE, 2010 e 2012); (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2011). Em seguida, realizou-se pesquisa *in loco* para obter uma melhor apreensão da realidade, sobretudo das práticas espaciais que são realizadas no cotidiano, tudo a fim de obter informações qualitativas e quantitativas, sendo tabuladas no Microsoft Excel 2010.

Institucionalizações, transformações sócios territoriais, planos ideológicos, controle e subversão.

Os fundamentos das modificações das políticas territoriais corroborada com a objetivação de dois processos: primeiro justifica-se ao poder no espaço e a segunda dimensão ao poder do espaço. De forma geral, a objetivação dos fundamentos das modificações das políticas territoriais trazem algumas dimensões sociais que mascara a complexidade do conteúdo social. Por isso, compreender a funcionalidade dos fenômenos e à aplicabilidade das materializações que constituem a essência humana, especialmente dos conflitos é fundamental para a apreensão do processo que vislumbra no espaço. Tal espaço que a partir, sobretudo do advento da globalização como uma reestruturação geográfica do capitalismo, possibilitaram novas dimensões na vida dos seres humanos.

Tal perspectiva dimensionam os processos constitutivos das sociedades, especialmente a política. Isso decorre das práticas sociais, tanto no espaço público quanto no espaço privado, ou seja, as relações humanas no espaço. A Geografia Política como um instrumento, por assim dizer que objetiva na análise da constituição da sociedade, possibilita a apreensão das lógicas sócias espaciais, no intuito de visualizar no cotidiano as ideologias impostas na sociedade, especificamente nas questões institucionalistas da lógica da equivalência caracterizada na igualização do desigual.

Nesse contexto, Sobarzo apud Castro (2006) salienta que a tríade da dialética para a produção do espaço - a dominação política, a acumulação do capital e a realização da vida humana, conjugada seria a realidade da sociedade brasileira. Obvio que essas três vieses constituem no espaço o envolvimento de poder, logo, poder significa controle e dominação. A análise dos aspectos políticos na geográfica, a exemplo das estratégias políticas para a compensação dos desequilíbrios sociais que objetiva a partir das políticas públicas que são as intervenções do Estado na Sociedade, isto é, nas políticas territoriais ocorrem jogos de interesses tanto público e/ou privado estão em questão.

Todavia, efetivamente a realidade social, na qual, o capital está inserido em um processo massificador de consolidação a partir do seu desenvolvimento e expansão territorial, promovendo a disparidades econômicas e precariedades sociais na sociedade. A configuração espacial da felicidade idealizada na perversidade do consumo da sociedade é umas das principais formas que está incorporada na constituição humana, sendo as estratégias de marketing e publicidade os principais vieses de emancipação dessa configuração.

Nesse contexto, Milton Santos (2003) problematiza que a fundamentação econômica e monetária da vida social e da vida pessoal, baseado no consumismo e competição, levou ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer da oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão, visto que, as conjugações do dinheiro e do consumo aparecem reguladores da vida individual. Por isso, se não for à única, a subversão é umas das únicas possibilidades de transformação social. Sendo assim, a geografia pode ser utilizada com instrumento de transformação social, mas as pessoas devem sair da ignorância social que são impostas a partir das ideologias institucionais.

A Geografia Política na contemporaneidade é uma dimensão de análise que tem um papel fundamental que contribuem para visualizar as relações dos seres humanos, logo, da política das estruturas sociais. Os processos da reprodução das práticas do cotidiano pressupõem toda uma articulação de controle desde a esfera do espaço público até a esfera do espaço privado. Nomeadamente, os exemplos de controles institucionais são vários de serem identificados. Todavia, passam despercebidos aos olhos da sociedade em função de uma felicidade individualista e consumista, trazendo novas caracterizações das práticas sociais.

O esboço como Castro (2005) da geografia política contemporânea, baseando-se nos avanços da tecnologia e pelas as novas estratégias do processo de globalização e os fenômenos da mundialização trazem novas dimensões para o processo de consolidação institucional, especificamente dos Estados nacionais, sendo o objeto central a centralização do poder, controle social e estratégia territorial.

A abordagem constituinte do conteúdo social encontra-se fundamentada nas forças políticas e as forças sociais como fenômenos históricos que se encontram em conflitos. Tais conflitos são incorporados os fenômenos políticos, de forma que são territorializados, incorporando as relações de poder. As relações de poder em sua totalidade dimensionam modos da posse de meios e a aplicabilidade de efetivar esses meios com o uso de estratégias, sendo o território o meio e a condição que possibilita a emancipação dessas estratégias (CASTRO, 2005).

Por, assim dizer, o controle da vida dos seres humanos é uns dos fundamentos do Estado, na qual, o Estado ter a função primordial de fiscalizar e controlar, bem como, instrumentalizar ações de compensações sociais. Todavia, tais objetivações são influenciadas por uma série de dinâmica que vem modificando as estruturas sociais, como por exemplo, o processo de homogeneização dos modos de vida – a mundialização - e o processo de homogeneização econômico – a globalização.

Nesse contexto, o espaço é o loco privilegiado que ocorrem todos os fenômenos de realização da vida, sendo assim, o espaço é o conceito mais importante da Geografia e tornou-se uma categoria por excelência, ou seja, a dimensão fundamental da vida, tendo em vista que as modificações do espaço geográfico, sobretudo pelas demandas das reestruturações geográficas do capitalismo são resultados da produção do espaço, logo, pode-se inferir que a

globalização é a totalidade, corroborado com a mundialização, visto que, esses dois processos dinâmicos que estão inter-relacionados (OLIVEIRA; SANTOS; SANTOS 2012).

Para tanto, Araújo (2011) salienta a importância da Geografia como uma ciência que possibilita desenvolver atitudes de cidadania porque seus conteúdos têm uma dimensão política, isto é, atitudinal. Para além disso, com efeito, mais do que impor uma visão sobre o mundo e seus lugares fomenta debates acerca das diferenças, conflitos, negociações e soluções entre pessoas, comunidades, povos, lugares e nações. Também, por ser umas das ciências mais proximidades com as temáticas filosóficas como a ética, a política, a liberdade etc. Deste modo, faz importante compreender a dimensão da estrutura social do espaço geográfico, visto que, a estrutura se refere a uma dimensão secreta, sendo assim, justifica que:

[...] a um amplo espectro de normas, leis, regulamentações criadas e geridas pelo Estado em suas múltiplas escalas de atuação – federal, estadual e municipal, bem como em suas diferentes instâncias de poder – executivo, legislativo e judiciário. Aqui também faz parte toda a codificação que regula as regulações sociais – o código civil. Não levar em conta esta dimensão estrutural é conduzir a uma percepção quase apolítica do espaço geográfico (ARAÚJO, 2011, p. 15-16).

Partindo, desse pensamento a lógica da forma de organização política espacialmente, sobretudo a partir dos resultados dos fenômenos da globalização e os modos como às sociedades se reproduzem no espaço, possibilitaram um escopo para a Geografia Política, especialmente das indagações das realidades das mutações das reconfigurações dos territórios aos modos do desenvolvimento e/ou crescimento da sociedade. De acordo com, Oliveira et. al (2012), Harvey (2004), Lacoste (1982) a política está sempre intrinsecamente presente nos modos de vida e na estrutura dos sentimentos singulares dos lugares e das localidades.

As estratégias emancipam a partir da política que obviamente as relações humanas são vínculos de poder. Paralelamente, a relação das políticas, compreendida como modo de organização dos conflitos de interesses, e o território, a arena privilegiada da ação [...] (CASTRO, 2005). Nesse sentido, o Estado atua como reparadora dos conflitos sociais, isto é, as políticas públicas que fundamenta na compensação dos desequilíbrios socioeconômicos existentes no território brasileiro, obviamente também na política, a exemplo da institucionalização da política de compensações sociais.

Mediante tais indagações sobre a forma de emancipação da política no sentido mais abrangente como institucionalização da dialética da produção do

espaço, na qual estão inseridas todas as relações humanas com o meio que é mediada pela técnica, ou seja, por política. Sendo assim, vários processos dialéticos que produzem as formas espaciais, a saber: a ideológica, materializando-se no ideal de progresso, da modernidade, do desenvolvimento socioeconômico. O cultural, materializando-se no ideal revolucionário utópico sem comprometimento com coletivo, isto é na emancipação individual e consumista, havendo um ideário de felicidade.

O materialismo histórico da constituição dos territórios e a constituição política dos Estados-Nações conjugadas formam um arcabouço de forças institucionais, ou seja, de poder. As indagações referentes às políticas de reconfiguração territorial são perpetuações das transformações que ocorreram no espaço em um processo dinâmico que incorpora os modos de organizações das mudanças sociais.

Por isso, a Geografia Política é de fundamental importância para compreender as dinâmicas do mundo contemporâneo, principalmente pelas as metamorfoses das políticas territoriais. Visualiza-se que as estratégias institucionais que configuram as relações espaciais são circunstâncias que precisam organizar o espaço e quando não encontram as criam em função da dinâmica da produção do espaço desigual. Por isso, devidamente considerar as estratégias de organização espacial são decorrente das várias formas de especulação social que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, a partir do advento da globalização.

A organização do espaço possibilitou ao Estado instrumentalizassem ações políticas, isto é, subsistemas autônomos para controlar da sociedade e determinar as territorializações. Corroborando para essa realidade, o espaço ganhou fetichismo, sobretudo a partir da abstração do espaço em função da espacialização e especulação do capital, isto é, no plano ideológico, as políticas públicas são formas de compensação social, evidenciando contradições institucionais.

As práticas espaciais que os seres humanos desenvolvem são formas de produção do espaço. Todavia, as práticas estão condicionadas ao processo dialético do Estado que controla vida das pessoas, sendo a ação do Estado instrumentalizar políticas de compensação social, ou seja, as políticas públicas e o sistema expansionista e explorador do Capitalismo que por essência produz desigualdades econômicas e precariedades sociais.

Mediante estes aspectos, existem várias dimensões que fundamentam e que podem ser exemplificada no sentido das objetivações das ações do Estado, especialmente no plano ideológico que corroboram para o desenvolvimento do Capitalismo, prontamente, com as desigualdades institucionais no território brasileiro. Portanto, as dimensões institucionais que afetam todo o território configura uma espacialidade na conjuntura política, na qual, pode-se inferir que a sociedade é um instrumento de controle e para o controle da vida das pessoas. Nesse contexto, todas as relações são mediadas por relações de poder e eminentemente a maioria da população não percebe e/ou visualiza os fundamentos dos fenômenos sociais, visto que elas são mascaradas. Por assim dizer, nesse processo, as configurações estruturais são dos conflitos, haja vista que as relações humanas são conflituosas, isto é Geografia Política.

Por sua vez, as ações do plano estratégico moldam os aspectos dos fenômenos sociais, na qual, as territorializações assumem a fundamentação social de controlar, mas essa realidade é mascarada pelo o aparelho do Estado, evidenciando e transmitindo para a sociedade as ideologias, a exemplos no plano ideológico, isto é, a lógica da equivalência – igualização do desigual e o pragmatismo institucional dos sistemas e níveis de Ensinos brasileiros. As dimensões explicitadas a priori são formas ideológicas de alienação.

Para tanto, existem uma única possibilidade de reconfiguração da sociedade que a partir de uma revolução das práticas espaciais que se realiza no cotidiano – a subversividade – a partir de novas práticas de convívio social. A atual forma de produção do espaço de controle, de dominação, de poder, consumista que se estrutura em hierarquia socioeconômica parece ser uma barreira intransponível, sobretudo pela ação dos fenômenos da globalização. Todavia, a ação do Estado, especialmente pelos seus órgãos institucionais de ensino, formando uma mão-de-obra qualificada para o processo de territorializações, ou seja, para controlar a vida das pessoas (HENRY LEFEBVRE, 1991).

Com o advento da globalização surgiram várias formas de especulação social, por isso o sentido de pensar a organização do espacial, principalmente nos modos de vida da população no espaço. Nesses espaços tem várias relações de interesses políticos, inclusive para a dimensão política. Essa correlação de fatores condiciona a ação do Estado como reparadora da sociedade a partir das determinações das territorializações.

Segundo, Castro (2005) na Geografia o problema das relações entre a política e o território são componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades, visto que a relação entre a política como campo de expressão e modo de controle dos conflitos sociais e o território o campo da base material e simbólica da sociedade, possibilita a geografia política compreender as lógicas espaciais e incorporar os questionamento dos desafios da contemporaneidade.

Faz-se necessário perceber que o estudo do espaço geográfico, necessariamente os resultados dessas análises são de forma geral com o propósito de possibilitar de apreensão das lógicas sócias espaciais, mas deve sair da ignorância das ideologias impostas, sobretudo na questão das institucionalizações da lógica da equivalência - igualização do desigual. Todavia, também deve-se perceber que todos os estudos geográficos visam contribuir para a fomentação de ações estratégicas. Nesse contexto, a tríade da dialética para a produção do espaço que Ana Fani Alessandri Carlos (2007) indica são: a dominação política, a acumulação do capital e a realização da vida humana, conjugada seria a realidade da sociedade brasileira.

Doravante, a efetividade e aplicabilidade dos fenômenos sócias decorrentes do processo de contradições de conflitos, de interesses, de hierarquizações, da individualidade, da felicidade idealizada no consumo etc., produzem por essência desigualdades, até por que a essência humana é desigual. Por isso, compreender o conteúdo social da instrumentalização de políticas públicas e a sua aplicabilidade e efetivação a partir do município possibilita demonstrar, visto que, ele apresenta com a menor espacialidade de escala do recorte federativo, sendo a mais próxima do cidadão, a constituição da problemática e objeto de reflexão (CASTRO, 2005).

A instrumentalização das políticas públicas e a sua institucionalização têm vários métodos estratégicos, inclusivas ideológicas. Nesse contexto, o fundamento social das políticas públicas é evidenciado para compensar desequilíbrios das relações humanas no espaço que são materializadas no território, através das práticas espaciais realizadas no cotidiano. Mediante a isso, Castro, (2005) reporta que disponibilidades de recursos institucionais acessíveis aos espaços do cotidiano do cidadão – natureza do processo que presidem o exercício dos direitos sociais e políticos – são canalizadas a sua e constituídas nas práticas do cotidiano social inscrita no espaço e no tempo. Essas práticas ancoram-se no aparato institucional do território.

Todavia, as reflexões aqui estabelecidas são materializações de lógicas que constituem a apreensão da forma que a realidade se apresenta na sua essência que muitas vezes são mascaradas em planos ideológicos. Por isso, discutir o significado das relações políticas no espaço a partir da lógica política da economia se torna uma redução, considerando os obstáculos a compreensão das múltiplas características e possibilidades analíticas da vida social realizadas no cotidiano.

A configuração espacial da cidadania, sobretudo pela sua dimensão na relação entre o território e as instituições sociais e políticas que mediatizam as lógicas que presidem a diferenciações espaciais, sendo uma questão de fundo moral da organização da vida social, afetada pela história e recorta pelo espaço, a cidadania como prática constitui, por si, um balizamento e uma perspectiva possíveis para abordar a relação entre o território e a sociedade.

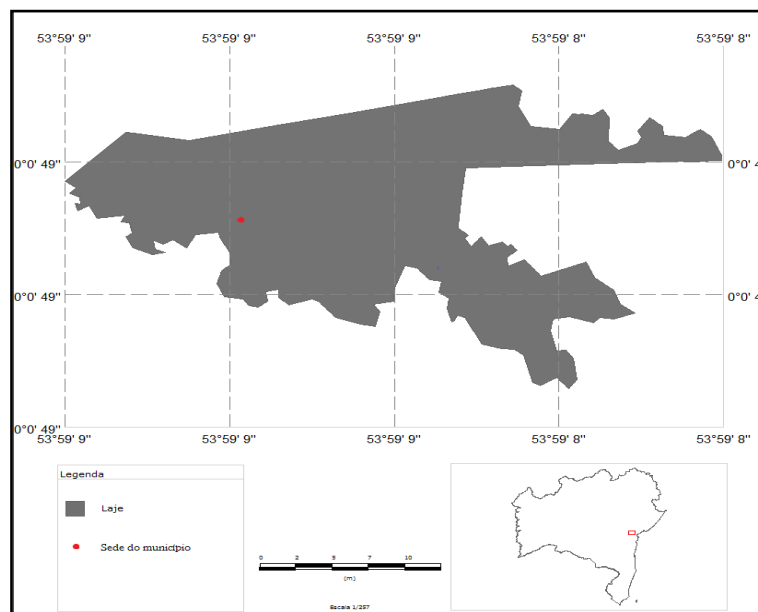
Evidentemente, o exercício da cidadania como a prática espacial do cotidiano social é materializado no território. Entretanto, tais práticas são influenciadas pela o aparelho institucional à disposição do cidadão, ou seja, o cidadão torna-se apenas um objeto de submissão a regimentos instrumentalizados em políticas e emancipados nas ideologias. Nesse contexto, o município é um recorte espacial possível para a análise porque ele é um espaço político, uma escala de ação e um território onde se encontram organizadas as condições materiais e simbólicas do cotidiano social (CASTRO, 2005).

Portanto, algumas lógicas espaciais, especialmente as políticas de complementação de renda. Uma delas, ou seja, das lógicas espaciais são as estratégias de marketing: “inclui” a sociedade “pobre” no consumo, isto é, na felicidade perversa idealizada que se conjuga na velha política do “pão e circo” (OLIVEIRA; SANTOS; SANTOS 2012). Sendo assim, além da caracterização do município em análise do ponto de vista social e político, será mensurado o conteúdo institucional do Programa Bolsa Família, discutindo alguns parâmetros da Lei, bem como, paradoxos quantitativos e qualitativos do PBF, evidenciando fundamentos dos processos institucionais que corrobora para o processo do poder do espaço e o poder no espaço que são constituídas a partir das práticas espaciais no cotidiano.

O conteúdo social do Programa Bolsa Família no município de Laje-Ba

O município como um recorte espacial importante para análise das condições materiais e simbólicas do cotidiano, sendo assim, inicialmente será caracterizada do ponto de vista social e político. Segundo o IBGE (2012), Laje tem uma área de 457,744 Km², possuindo 22.201 habitantes, o qual 6.080 habitantes residem na zona urbana e 16.121 habitantes residem na zona rural. Para tanto, a economia do município é basicamente agrícola e se destaca o cultivo de mandioca (farinha), cacau, e laranja. Também é possível encontrar uma expressiva criação de bovinos, suínos e aves, porém à maioria desses produtos tem a finalidade de suprir as necessidades básicas da população. Por isso, a grande representatividade da agricultura familiar para o município e o comércio pouco dinamizado.

Figura 1. Mapa da localização do município de Laje no Território do Estado da Bahia



Fonte: Base cartográfica Sistema de Coordenadas UTM, elaborado por Júnio Santos, 2012.

O PBF é uma política de instância Federal que visa à distribuição de benefícios individuais para a população de baixa renda. Essa política distributiva compensam desequilíbrios mais graves, passando a ter o caráter cada vez mais seletivo e não universalizante (TEIXEIRA, 2002). O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836/04 de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007.

O PBF é um dos maiores programas de transferências condicionadas de renda do mundo, em abrangência territorial e cobertura populacional (MDS, 2009). Por isso, a importância da interlocução entre todas as esferas governamentais para gerir compartilhadamente, além, de possibilitar o desenvolvimento de ações para o aprimoramento do programa. O programa tem como o escopo combater a fome e a pobreza, a promoção da segurança nutricional e alimentar, além do acesso aos serviços públicos, bem como, a estimulação do desenvolvimento socioeconômico. Segundo, a Controladoria-Geral da União, o programa pauta na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza.

Deve-se compreender que a pobreza é multidimensional, além das questões financeiras, a falta de saneamento básico, habitação, o acesso aos serviços públicos, bem como a informalidade, contribuir para o estado de miserabilidade social. Para a efetivação das dimensões os beneficiados devem cumprir algumas condicionalidades. As condicionalidades não são punições para quem descumpri-las, mas uma forma de criar condições aos beneficiários do PBF ter acesso aos serviços que toda a população brasileira tem direito, ou seja, são práticas que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar como requisito para o recebimento do benefício mensal, (MDS, 2009).

A Constituição Federal prevê a responsabilidade de todas as esferas de governo combater a pobreza e a desigualdade. Como o PBF, é uma política que busca a dizimação da pobreza e a distribuição da renda para as famílias carentes, assim, torna-se importante a gestão do PBF de forma descentralizada e conjunta entre todas as ordens governamentais, ou seja, cabe aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios as competências e a responsabilidade na execução do PBF.

A integração de ações complementares ao PBF possibilita as famílias beneficiadas à estruturação da renda com seus próprios trabalhos, os jovens e crianças podem almejar um futuro melhor, por isso, é importante parcerias com órgãos de diferentes setores sociais que visem contribuir com a formação da cidadania. No sentido de possibilitar mecanismos para o direito social (LEFEBVRE 1991).

A quantificação dos dados sociais é importante, pois, a partir desses dados, possibilita a intervenção do Estado com políticas integradoras para as melhorias das condições de vidas da população do território, visto que, a grande desigualdade e disparidades socioeconômicas no Brasil, torna-se uma barreira para o

desenvolvimento. O desenvolvimento local a partir da sensibilidade de uma transformação consciente da realidade conjugadas possibilita para o processo de construção da cidadania se essa configuração começar na menor escala institucional - o município, isto é, nessa escala que a sociedade caminha rumo à diminuição das desigualdades sociais e as disparidades econômicas.

A grande problemática que visualiza-se no cotidiano, sobretudo as formas que são efetivadas as práticas espaciais é que as pessoas estão condicionadas aos planos ideológicos e aos controles institucionais e se acomodam com as hierarquizações sociais, tendo a sensibilidade da normalidade, ou seja, percebe-se no cotidiano das pessoas o espírito revolucionário. Para além disso, é a monetarização da vida social das pessoas, especialmente pela estratégia de marketing: incluiu a sociedade pobre no consumismo, isto é, a velha política do “pão e circo” metamorfoseada.

Percebeu-se no município que PBF é importante para a complementação de renda das famílias, visto que os domicílios pesquisados apresentam uma série de precariedade em vários aspectos, como saneamento básico, escolaridade, saúde, transporte dentre outros, especialmente no espaço rural. Como agravantes dessas situações não existem programas de complementação eficientes. Portanto, a adesão de outros programas complementares é fundamental, visto que na observação da realidade têm muitas precariedades sociais, tornando assim, uma barreira para a promoção do desenvolvimento local.

Um ponto que merece destaque é o fato que antes da adesão do município ao PBF, a maioria das crianças que ficavam mais distante da sede municipal trabalhava nas lavouras devido à necessidade de produtos essenciais para a subsistência. As atividades que davam sustento as famílias é a agricultura familiar a qual depende de mão de obra, isso se tornava um entrave para que muitos alunos fossem à escola, ou seja, antes da adesão do programa existia grande índice de evasão escolar. Com o PBF essa situação foi mudando progressivamente, havendo melhorias na educação em proporção ao aumento da renda das famílias, até por que é exigência do próprio programa que as crianças estejam frequentando a escola.

Nesse contexto, a educação é fundamental à medida que possibilita a quebra do ciclo gerencial da pobreza entre as gerações para alcançar o objetivo do Programa Bolsa Família no município. Todavia, a educação é outra forma de

controle das pessoas, bem como, instrumentalizar o aperfeiçoamento da mão de obra a partir das dimensões da qualificação individual, provendo no que *a priori* foi mensurado a monetarização da vida social, assim como, a competitividade que é uma dos aspectos dos processos de homogeneizações socioeconômicos. Para além disso, observa-se uma hierarquização no sistema de ensino. Esses aspectos são demonstrados na próxima figura, além de evidenciar que as famílias corroboram com o cumprimento das condicionalidades.

Todavia, existetoda uma articulação institucional, inclusive nas políticas de compensações sócias, a exemplo, do PBF entre as instâncias federativas do Brasil. A articulação acontece de acordo com o pacto federativo e mediante a isso, os órgãos e institucionais mediam as funções do Estado. Nesse contexto, umas das formas de submissão às regulamentações e que são evidenciadas na prática espacial são o cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiadas pelo PBF. Enfim, existem vários outros exemplos que demonstram as instrumentalizações e as efetivações das estratégias institucionais que representam paradoxos quantitativos e qualitativos que evidenciam fundamentos dos processos institucionais que corroboram para os processos do poder do espaço e o poder no espaço que são constituídas a partir das práticas espaciais no cotidiano, logo, a submissão de regulamentações e normas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo social do PBF e o cotidiano no município de Laje evidenciam dois aspectos importantes que contribuíram para atingi-la com os objetivos propostos, a saber: a política de compensação social conjugada com os planos ideológicos mascaram as institucionalizações para o controle da vida. Segundo na prática sensível do espaço, isto é, o cotidiano revela fortes fatores espaciais em torno do direito à cidadania, ou seja, o direito a igualdade social, mas ainda a individualidade e/ou a falta da sensibilidade da cidadania, torna-se uma barreira para o direito à igualdade social.

Nesse contexto, os dois processos espaciais geram comportamentos divergentes, valores morais e étnicos, conflitos, interesses, enfim o exercício da política, bem como, a materialização do poder no espaço e o poder no espaço. Portanto, identificou que as materializações das práticas espaciais revelam que as

dimensões da vida estão canalizadas para a manutenção das desigualdades sociais e as disparidades econômicas.

Por isso, a Geografia com sua capacidade de transformação social podem ser utilizadas para desenvolver atitudes de cidadania em função dos seus conteúdos políticos. Sendo assim, as transformações das práticas de metodológicas de ensino em Geografia são necessárias para proporcionar melhores visões de mundo e dos lugares, evidenciando as temáticas filosóficas para a compreensão da vida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, James Amorim. **O uso de procedimento e instrumentos de coleta de dados no campo: uma introdução.** Santo Antônio de Jesus. (S/E), 2012.

ARAÚJO, James Amorim. **Sobre a cidade e o urbano em Henry Léfèbvre.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 31, p. 133 – 142, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP); FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo.** Campinas - SP: ADEP; UNFPA, 2009, (P. 13 - 52).

BAHIA ANÁLISE E DADOS. **Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos.** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 21, nº. 3, jul./set. 2011.

BRASIL. Lei nº. 512/69, 10.836/04 de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. **República Federativa do Brasil**, Brasil – DF, 9 de janeiro de 2004.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** Ed. Loyola, São Paulo. 2004.

HENRY, Lefebvre. **O direito a cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico do Brasil, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico do Brasil, 2012.

LACOSTE, Yves. Geografia del subdesarrollo. Barcelona: Editorial Ariel. 1982.

MDS - Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações para a Fiscalização e Controle Social do Programa Bolsa Família.** Brasília. SENARC/MDS. 2010.

OLIVEIRA, E. F. ; SANTOS, J. J. ; SANTOS, J. J. . **A importância do Programa Bolsa Família para o Povoado da Gameleira, município de Laje-BA.** In: XIII Encontro de Geografia da UESC, 2012, Ilhéus - BA. Desafios da Abordagem Geográfica, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas.** São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOBARZO. Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação.** GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 19, p. 93 -111, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** AATR - BA. 2002.